

Estratégias instrutivas na docência do ensino superior: o letramento e a habilidade da leitura e da escrita em cursos de Comunicação Social

LUÍS BITTENCOURT*

EDIANA ABREU AVELAR**

Resumo

Este artigo expõe os primeiros resultados de uma prática pedagógica utilizando-se a metodologia do Letramento como um instrumento seguro para reduzir os problemas de leitura e escrita, percepção e reflexão crítica de graduandos em cursos de Comunicação Social. Levantam-se questões sobre a qualidade da formação do ingressante no ensino de Terceiro Grau, bem como a necessidade de mudanças no processo de ensino-aprendizagem tal como é aplicado hoje, e propõe uma reflexão sobre novas estratégias instrutivas que considerem um ambiente escolar em que a criatividade e o conhecimento possam fluir para ambos os atores: professor e aluno.

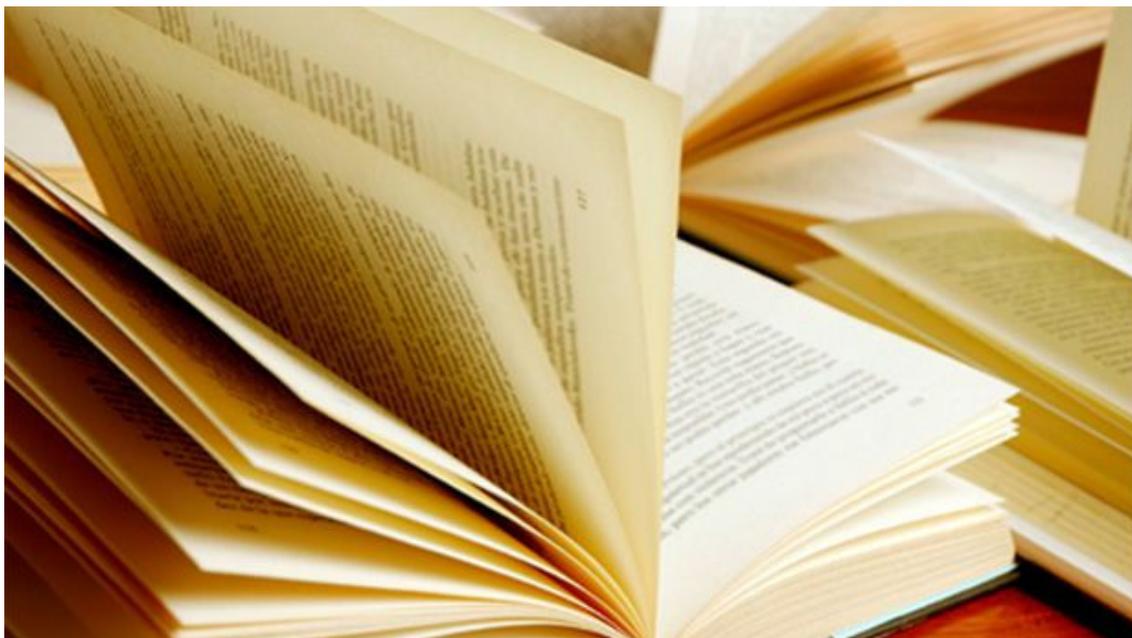
Palavras-chave: Prática pedagógica; Letramento; Ensino-aprendizagem.



* **LUÍS BITTENCOURT** é Doutor em Comunicação Social pela ECO-UFRJ. Coordenador do Curso de Comunicação Social da Universidade Veiga de Almeida e do MBA em Administração de Marketing e Comunicação Empresarial da Universidade Veiga de Almeida



** **EDIANA ABREU AVELAR** é Mestre em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis / Professora do Curso de Comunicação Social da UNISUAM / Professora da Universidade Veiga de Almeida.



Introdução

Há textos que dão prazer e euforia, dizia Barthes (2002). São aqueles que nos convidam à leitura, a deixar fluir o tempo em momentos de encantamento, de um recolhimento autoimune a tudo que não seja o prazer gerado pela escrita. Se assim é, por que então há tanto desprazer na leitura entre universitários, com reflexos extremamente negativos no processo ensino-aprendizagem?

Não se trata de incluir na referência bibliográfica uma série de livros como se apenas isso bastasse para obrigar o aluno a ler e ampliar o seu universo perceptivo. Sabe-se que o aumento exponencial da informação não está diretamente vinculado ao seu potencial de assimilação. Em outras palavras, ler muito não significa saber, principalmente se o que se lê não é compreendido adequadamente.

E é disso que se trata: entender o que se lê. Não se fala aqui de romances, novelas e literatura *best seller*. Fala-se de literatura funcional de livro de formação adotado em cursos

universitários. O aluno, com as exceções de praxe, já vem do ensino médio com deficiências de formação básica que criam obstáculos à adequada formação universitária. E com muitas barreiras cristalizadas que exigem do professor malabarismos para poder rompê-las, o que nem sempre é fácil pelas raízes profundas na consciência do aluno.

É lugar comum afirmar que o ensino perdeu qualidade, que hoje milhares de jovens chegam à universidade sem a base necessária exigida pelo ensino de graduação. Culpa-se também a estrutura do ensino universitário particular e sua similaridade com a “fábrica de diplomas”. É certo que o ensino de terceiro grau no Brasil tem passado por transformações profundas com a entrada de grandes grupos empresariais numa verdadeira capitalização do ensino superior no país.

Fruto, muitas vezes, da incompetência administrativa dos seus gestores, a situação falimentar de muitas universidades encontrou salvação no capital estrangeiro, tal como vem

acontecendo com a economia em escala internacional. Globalização, internacionalização do capital, fim das fronteiras culturais e toda uma série de expressões tipificam o estágio atual do capitalismo, com os seus altos e baixos, suas oscilações rápidas e desestabilizadoras com reflexos imediatos.

O ensino superior tinha como escapar disso? Desse processo de refinamento administrativo com profundas implicações acadêmicas e reflexos na formação dos alunos? Certamente que não. E como ficamos nós, educadores, preocupados que somos com a qualidade das nossas aulas, com a formação adequada de nossos alunos e com os profissionais que entregamos ao mercado de trabalho?

Queremos o melhor dos mundos, em todos os aspectos, da qualidade do ensino em sala de aula ao resultado final na colocação desses profissionais em postos de trabalho que façam girar a roda da economia capitalista a que nos referimos acima a partir de uma pedagogia altruísta que contribua para o pleno desenvolvimento democrático e sustentável da sociedade.

Uma questão que se coloca, e que inquieta o professor no exercício de seu trabalho, é que profissional estamos preparando. Preparamos para o mercado ou preparamos para a vida? E se vida e mercado, afinal, são uma mesma coisa no capitalismo, como sugerem algumas correntes de pensamento? São questões relevantes que, num contexto de mudanças em todos os níveis, como o atual, e sem as certezas confortadoras de alguns anos atrás, podem inviabilizar qualquer projeto particular de carreira docente.

Quantas vezes ouvimos de viva voz ou detectamos sinais de angústia de

professores paralisados por uma luta íntima ao não conseguirem mais responder a uma pergunta básica diante de uma turma que não reage à suas tentativas de viabilizar seus planos de aula: “o que estou fazendo aqui?”.

Ao prazer de ler é preciso, antes de tudo, no caso do professor em sala de aula, associar a competência de ensinar ao prazer de lecionar. São situações distintas. E para isso o professor não pode ter dúvidas éticas que o impeçam de agir em sala de aula com a liberdade e a criatividade necessárias ao fluxo contínuo de uma boa relação ensino-aprendizagem. Os alunos têm que querer aprender e os professores têm que viabilizar essa aprendizagem com a infraestrutura mais adequada que a instituição possa oferecer ao desempenho dessa tarefa. Deve-se encontrar uma estratégia instrutiva de transmissão do saber, de modo a garantir que as condições para o aprendizado estejam preservadas.

Em artigo da Revista Educação, Walter Omar Kohan pergunta “O que pode um professor?”. E recorre a Deleuze ao falar da necessidade de se criar o que chama de “intercessores” no ato de criar. E afirma que se deve “aprender a criar; deve-se criar para aprender”. No mesmo artigo cita a leitura que Gilles Deleuze fez da *Ética* de Spinoza “como uma teoria dos afetos, sendo o afeto a variação contínua da potência de existir ou da força para agir”. Diz ele:

Para o Spinoza de Deleuze há dois afetos fundamentais: a alegria – o afeto que aumenta nossa potência de agir- e a tristeza – o afeto que a diminui. A potência para agir e existir aumenta ou diminui em virtude das ideias e dos bons encontros que se tem (...). Uma das questões éticas principais passa a ser então: de que coisas alguém é capaz de ser afetado ou em que tipo

de relações participa de maneira a aumentar a sua potência para afetar e ser afetado. (KOHAN, 2012: p. 51)

Num exercício de aplicar os conceitos de “alegria” e de “afeto” (nos dois sentidos) na prática da sala de aula, pode-se considerar para efeito de análise dois tipos de alunos: os racionais e os emocionais. De modo geral, o primeiro está presente numa escala menor do que o do segundo tipo. Há uma predominância do aluno emocional que, a princípio, seria mais “afetado” do que o tipo racional.

No entanto, no contexto de uma sala de aula, temos que considerar os dois tipos numa relação ensino-aprendizagem. O que se constata é que os métodos tradicionais de ensino deixaram de ser eficazes para ambos os tipos de alunos. Ao privilegiar uma ou outra metodologia, mais abstrata ou mais empírica, mais racional ou mais emotiva, o professor não contenta o grupo como um todo, o que prejudica a comunicação e a sua capacidade de ser “intercessor”. A questão que se coloca é como agir para gerar resposta, ou seja, o que fazer para “aumentar a sua potência para afetar e ser afetado”.

Um professor apático e sem motivação não gera dinâmica suficiente em sala de aula para exercer o seu papel de ensinar (no sentido tradicional) ou de “interceder” (no sentido de ativar potências e gerar respostas). Sem empatia não há intercessão. Freud não escreveu especificamente sobre a educação, mas fez algumas observações em períodos distintos de sua vida, refletindo a evolução da teoria psicanalítica.

Nos seus últimos escritos chegou a dizer que a educação não existia, quando abordava a questão da “pulsão de morte”, mas em outros momentos

chegou a ter uma opinião mais favorável sobre a transmissão do saber e os processos educativos.

É notável que Freud fala em uma educação psicanaliticamente esclarecida, sugerindo um processo educativo que utiliza a psicanálise como ferramenta de compreensão dos fenômenos infantis, mas não aponta para uma aplicação dos preceitos teóricos na educação. (LIMA & LIMA, p. 212-219).

Com base nos esparsos escritos de Freud, pesquisadores e educadores avançaram na discussão sobre o assunto, mostrando a importância da psicanálise para compreender a relação ensino-aprendizagem, sem falar nos trabalhos substanciais de psicólogos que criaram a base da educação moderna.

Aqui, no entanto, no escopo deste artigo consideram-se não os entraves psíquicos individuais no processo ensino-aprendizagem, sem dúvida relevantes e prementes de estudos por parte dos especialistas, mas a viabilidade de uma prática pedagógica que traga respostas imediatas à demanda urgente, para não dizer angustiante, do professor que enfrenta hoje, neste exato momento, dificuldades para gerir uma sala de aula no terceiro grau, particularmente num curso de Comunicação Social, tendo em mente que “ser professor hoje não é nem mais difícil nem mais fácil do que era há algumas décadas. É diferente” (GADOTTI, 2008, p. 63).

A distância entre o professor e o aluno

A formação acadêmica da maioria dos alunos que chegam ao ensino superior não provém de escolas de elite, principalmente aqueles que se matriculam nas instituições privadas. Apesar das iniciativas promovidas pelo Estado nas últimas décadas em prol da ampliação da instrução pública houve

poucos avanços na estrutura do ensino. E, quando os houve, aconteceram sem unidade ou integração.

Essa herança histórica gera ainda desníveis nas habilidades cognitivas para a apreensão dos conteúdos, enfraquecendo o processo de ensino-aprendizagem, principalmente nos modelos didáticos habitualmente utilizados no cotidiano escolar. A constatação desse cenário imputa ao professor uma maior responsabilidade, exigindo dele uma ação ainda mais consciente e eficaz.

Antes de tudo, vivencia-se na instituição escolar modelos ultrapassados que não mais correspondem à realidade complexa em que se vive hoje no mundo contemporâneo. Pode-se dizer que ensina-se hoje como se ensinava, na sua essência, no final do século XIX. A instituição educacional, de modo geral e com poucas exceções, segue modelos hierárquicos coercitivos e de controle (FOUCAULT, 1997). E partir desses parâmetros “modelam-se” os indivíduos que vão atuar em sociedade numa espécie de processo circular de repetição que a psicanálise observaria como um sintoma.

É como diz Perrenoud (2000, p.149):

Na escola, as *regras*, por muito tempo, foram impostas de cima, com sanções ao final. A *disciplina* – fundamento histórico das disciplinas – está no princípio da escola como das ordens monásticas e outras instituições regidas por uma autoridade não-compartilhada.

De uma forma ou de outra, na identidade profissional de cada aluno se enxerga invisível e indelevelmente os nomes dos professores que passaram por suas vidas e as influências dessa convivência poderão impregnar-se para

sempre à atuação em sociedade de cada um desses sujeitos.

Para alunos ávidos por saberes e oportunidades, alguns professores serão recordados por suas verdadeiras contribuições ao conhecimento científico e ao pensamento crítico, à efetiva formação para a cidadania. Já outros professores, pelo seguimento das normas e regras, inconsistência e inconstância de seus conteúdos, poderão ser lamentavelmente recordados. A estes falta o compromisso. Como afirma Perrenoud (2000, p. 151),

no plano pedagógico, paga-se caro por essa atitude descompromissada. A maior parte dos alunos tem necessidade de ser reconhecida e valorizada como pessoa única. Os alunos não querem ser um número em uma sala de aula que tem um número. É por isso que o ensino eficaz é um trabalho de alto risco, que exige que as pessoas se envolvam sem abusar de seu poder.

Ser professor é muito difícil nesses tempos de escola de ambivalência democrática, desmoralizada, desatualizada e sem diálogo porque não consegue entender a cabeça dos alunos. É uma escola doente, anêmica, desprovida do vigor adolescente e psicologicamente presa a princípios éticos e pedagógicos ultrapassados. É um problema ético e político, sobretudo, porque é a educação, em todos os seus níveis e modalidades, o elemento construtor de uma sociedade mais desenvolvida, equitativa e participativa.

Contudo, ser aluno, nesta sociedade midiática, é mais difícil ainda. Nesses tempos niilistas e pós-modernos, onde o consumo desenfreado e a atenção focada no relacionamento nas redes sociais retraem e afastam qualquer possibilidade de dedicação com algo aparentemente sem funcionalidade

momentânea têm gerado indivíduos pouco reflexivos. É com esta realidade que o professor deve lidar hoje. Sem condenações ou juízos de valor *a priori*, mas aceitá-la como um “princípio de realidade”.

Ocasionalmente e de maneira involuntária, devido às enormes turmas que se apresentam nas instituições de ensino superior, principalmente nas escolas particulares, a primeira atitude docente é a de não diagnosticar o problema individual e coletivo de uma turma, negando inconscientemente aos discentes oriundos das escolas de concepção bancária (FREIRE, 1983), antidialógicas, as chances de suplantar as dificuldades da leitura e da escrita, habilidades individuais necessárias ao pleno desempenho escolar e profissional. Trata-se, sobretudo, reitera-se aqui, de uma questão ética. Como afirma Perrenoud,

É justo deslocar-se livremente durante determinada atividade e ter que pedir permissão em outra? É justo que um aluno seja ajudado, e um outro abandonado a si mesmo? É justo propor uma atividade que interesse a uns e desagrade a aos outros? É justo confiar em uns e fiscalizar os outros de perto? Um professor faz justiça. Justiça distributiva e comutativa quando decide recompensas e privilégios. (2000, p. 152)

Perrenoud (2000) enumera dez novas competências para ensinar. E faz, no subtítulo deste importante livro, um “convite à viagem”. E é disso mesmo que se trata: de uma viagem, de explorar novos lugares, novos meios de ensinar. O livro em questão data originalmente de 1999. São mais de dez anos em que muita coisa mudou nas escolas, principalmente o papel das novas tecnologias da comunicação e da informação.

O autor fala em “organizar e dirigir situações de aprendizagem”; em “conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação”, aceitando e administrando a heterogeneidade; no trabalho de equipe; no uso das novas tecnologias e no enfrentamento dos “deveres e dilemas éticos da profissão”, entre outras coisas. Reflete também sobre a necessidade do aluno “administrar sua própria formação contínua”.

O letramento como instrumento de apoio pedagógico

Há muito tempo o Letramento é um método comumente utilizado à alfabetização de alunos da Educação Básica. E dado ao seu uso nas primeiras séries, imagina-se que sua utilização possa estar superada no Terceiro Grau, pois o calouro universitário deve chegar à sala de aula com o domínio pleno da leitura e da escrita, habilidades fundamentais para a evolução de seu raciocínio científico.

No ensino superior, o Letramento, quando planejado e metodologicamente aplicado, pode ser um instrumento de grande valor docente para reverter déficits cognitivos, romper barreiras cristalizadas e instaurar atitudes positivas de respeito mútuo em sala de aula. Sendo uma prática que se incorpora aos hábitos culturais e comportamentos sociais dos indivíduos,

O Letramento não é uma abstração. Ao contrário, é uma **prática** que se manifesta nas mais diferentes situações, nos diversos espaços e nas diferentes atividades de vida das pessoas, permeado por condições reais. (LEAL, 2001, p. 53)

Cada vez mais na lista dos ingressantes vislumbra-se um número cada vez maior de alunos com reais dificuldades de aprendizagem, notadamente em

decorrência de políticas públicas inclusivas fomentadas pelo Poder Público e para as quais as instituições de ensino ainda não estão suficientemente preparadas, apesar dos esforços de nivelamento e outras ações pontuais.

Em geral, um aluno que decide cursar a faculdade de Comunicação Social, habilitação em Publicidade e Propaganda, é um sujeito que não teve muito êxito nas disciplinas de Matemática, Química ou Física e admira a criatividade da propaganda brasileira. Essa empatia e o total desconhecimento das competências necessárias ao pleno exercício profissional leva-o a supor que irá se desenvolver sem problemas ou desconforto ao longo da graduação.

Contudo, não é só de técnica e prática que se constitui a formação profissional de um publicitário. Para elaboração de planejamentos estratégicos, por exemplo, é fundamental o raciocínio lógico, o pensamento crítico e a exímia produção de texto.

Da mesma forma, ao aluno de Jornalismo exige-se hoje muito mais do que atenta e inata curiosidade, espírito crítico e capacidade de expressar-se adequadamente. As novas ferramentas de comunicação e os consequentes modelos de processamento da informação exigem habilidades e competências que necessitam serem desenvolvidas anteriormente à entrada da universidade. O ensino médio, no caso, não desenvolve adequadamente habilidades adquiridas pelo adolescente na vivência com os novos meios de entretenimento.

É nesse contexto que o Letramento, por meio de exercícios e práticas de leitura e escrita, pode e deve ser incorporado, por sugestões destes pesquisadores,

como técnica pedagógica de ensino-aprendizagem, cujo objetivo deve ser o de permitir um melhor domínio da produção textual que se refletirá, conseqüentemente, em melhores resultados na percepção e utilização das novas linguagens.

Para comprovar que pode ser o Letramento um grande aliado para apreensão de conteúdos no ensino superior, e para descobrir qual é o modelo ideal e mais eficaz para a formação acadêmica desses sujeitos, no segundo semestre de 2012 foram aplicados aos alunos dos cursos de Publicidade e Propaganda da Universidade Veiga de Almeida (RJ), num total de 80 alunos, exercícios de leitura e elaboração de resumos das matérias, cuja ênfase consistiu na produção de textos a respeito dos tópicos ministrados em cada aula.

Os relatos orais e as redações serviram para indicar ao professor quais foram as deficiências de entendimento dos conteúdos, sinalizando quais alunos mereceriam melhor atenção em razão dos desníveis cognitivos para prepará-los para as avaliações.

Os resultados da aplicação dessa metodologia, com declarada intenção de melhorar a leitura e a escrita para o enfrentamento profissional, por meio de trabalhos e avaliações, indicaram que os alunos desenvolveram-se positivamente com essa prática porque conseguiram aprender ao traduzir com suas próprias palavras os saberes ensinados. O ato de redigir um texto sintetizando o que foi explanado ajudou na fixação dos conceitos, estimulando a reflexão e o raciocínio.

De modo a identificar se o método em teste tinha alcançado empatia junto às turmas, foi realizada, no final do período (novembro de 2012), uma

pesquisa (método quantitativo) para descobrir qual foi a percepção pessoal do aluno sobre o método utilizado e sobre o seu próprio desempenho.

95% dos alunos gostaram dos exercícios realizados (leituras orais, resumos, estudos de caso, planos e relatórios) e 82% acharam que melhoraram suas habilidades de leitura e escrita. Nos relatos livres (não obrigatórios) muitos declararam sua satisfação com a disciplina.

“Os exercícios são totalmente pertinentes à matéria e servem para exercitar e memorizar o conteúdo.” (Masculino, 5º período)

“A professora extraiu o melhor de mim. Desafiou-me logo na primeira aula e isso me motivou.” (Feminino, 4º período)

“Consegui aprender e assimilar tudo referente ao marketing, graças a professora.” (Masculino, 4º período)

“A matéria é uma delícia e isso em grande parte deve-se ao modelo das aulas aplicadas” (Feminino, 3º período)

“Quando eu comecei a matéria de marketing, eu não gostava por sempre falarem mal da matéria. Hoje eu adoro. Não sei se pela matéria em si ou pelo método em que foi ensinado.” (Feminino, 4º período)

“Não mudaria em nada, gostei dos exercícios, das aulas e da maneira que foi dada.” (Feminino, 4º período)

A análise das respostas nos sugerem que os alunos aprovam o Letramento como exercício continuado, apesar da necessidade exigida de ser prestar mais atenção à fala do professor em concorrência às suas distrações mentais e tecnológicas (tablets e smartphones), que podem ser usadas porém de maneira

criterosa e não dispersiva como ferramentas de apoio didático.

Segundo Trindade (2002, p. 15) “qualquer projeto de intervenção educativa deveria consistir em estimular, apoiar e organizar o estabelecimento da relação entre os alunos e o saber”. De modo a garantir a cooperação discente no projeto, os alunos foram estimulados à participação por meio de pontos parciais na nota final, uma proposta de retorno inspirado no pensamento de Skinner.

Considerações finais

É necessário repensar a prática pedagógica no ensino superior. Mais do que isso, é urgente a elaboração e efetiva aplicação de um novo projeto educacional de longo prazo no Brasil. Quando foi que se pensou um projeto educacional de longo prazo para o país? Talvez no primeiro governo Vargas. Ou nos anos 1960 com o “Plano Nacional de Educação”, cujo relator foi Anísio Teixeira, no qual se defendia que educação é um direito, não um privilégio.

Enquanto isso não acontece, há urgente necessidade de se fazer alguma coisa, iniciativas de grupos ou isoladas que buscam romper com a barreira do mesmo e da repetição. É preciso abrir a porta para experiências novas, para a pedagogia participativa e crítica que estimule a criatividade e a colaboração do aluno.

Para isso é fundamental entender esse aluno, dialogar com ele, trazê-lo de volta (ou de vez) para o contrato que se estabelece em sala de aula, só que em bases novas e abertas ao diálogo, ao respeito às diferenças, ao espírito da liberdade e da expressão que deve sempre nortear de forma educativa a troca entre professor e alunos.

O Letramento como possibilidade metodológica funciona como um instrumento seguro para a diminuição dos problemas de leitura e escrita, percepção e crítica para os graduandos dos Cursos de Comunicação. É uma estratégia instrutiva de fazer algo mais. E esta convém ser aplicada dentro da perspectiva da “alegria” e do “afeto”, de modo a propiciar um ambiente onde a criatividade e o conhecimento possam fluir para ambos os atores: professor e aluno.

Referências

- BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. 3a. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- LEAL, Leiva de Figueiredo Vianna. “Sujeito Letrado, Sujeito Total: implicações para o letramento escolar”. In: **Alfabetização e Letramento, significados e tendências**. RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral, MELLO, Maria Cristina de (Org.). Rio de Janeiro: Editora Wak, Rio de Janeiro, 2004.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 12.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FORISHA, Bill E., MILHOLLAN, Frank. **Skinner x Rogers, maneiras contrastantes de encarar a educação**. São Paulo: Summus Editorial, 1978.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 35ª. Edição. Petrópolis: Vozes, 2008.
- GADOTTI, Moacir. **Convocados, uma vez mais: Ruptura, continuidade e desafios do PDE**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.
- KOHAN, Walter Omar. “O que pode um professor?”. In: Deleuze pensa a Educação. **Revista Educação**, n. 6, 2012, p.48-57
- LIMA, Maria Sampaio Alencar & LIMA, Maria Celina Peixoto. “Dois discursos freudianos sobre a educação: considerações acerca da inibição intelectual”. In. *Psyco*, v. 42, n. 2, 2011, pp. 212-219. <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/6641/6523> Acesso em 14/06/2013.
- PERRENOUD, Philippe. **10 Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- TRINDADE, Rui. **Experiências Educativas e Situações de Aprendizagem**. Porto: Asa, 2002.

Recebido em 2013-06-26
Publicado em 2013-07-06